

A memória do ensino de Didática e Prática de Ensino no Brasil

Amélia Domingues de CASTRO*

A memória abrange tanto o que se vivenciou, quanto aquilo que se leu ou ouviu. Entre as duas fontes podem acontecer discrepâncias, sobretudo quando se trata de comparar as práticas pedagógicas às orientações que constam em legislação ou normas. Recorrendo a lembranças do *vivido* e do *sabido* procurarei evitar as traições da memória, já que esta, longe de reproduzir fielmente o passado, dedica-se, freqüentemente, a reconstruir de modo seletivo os acontecimentos. Minhas recordações pessoais sobre o tema, centralizam-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na qual trabalhei durante trinta e cinco anos, sem deixar de ocupar-me, mesmo quando ministrava outros cursos, com um dos dois conjuntos a seguir citados por suas denominações sucessivas: Didática Geral/Didática e Didática Especial/Prática de Ensino. Outras lembranças ampliam esse campo, já que em muitas ocasiões a conversa com os colegas em variadas circunstâncias da vida profissional foi esclarecedora. Dos documentos e demais escritos, darei notícia quando necessário.

Primeira etapa

Uma primeira etapa do ensino da Didática compreende o período que vai da criação das Faculdades de Filosofia nos anos trinta até os anos sessenta, quando se alteram, tanto a estrutura da escola média quanto a dos cursos ditos "de Didática". Embora esta exposição se mantenha nos limites do ensino das disciplinas didáticas nos cursos superiores, não se deve esquecer que estas, ou outras equivalentes, figuram, tradicionalmente nos currículos de formação de professores para escolas primárias. Quando transpostas ao nível superior, foi aos professores das Escolas Normais, especialmente dos Institutos de Educação, que se recorreu para ministrá-las. Não tendo memória *vivida* dos primeiros anos dessa fase (que ocupa a segunda parte dos anos trinta), consigno informações recebidas ou lidas. Vim a considerá-las uma fase de "tateios", na qual foi ensaiada uma interessante comunicação entre instituições de nível médio e superior. Na FFCL/USP os professores do Instituto de Educação foram incumbidos das disciplinas da área educacional. A fase de "tateios" termina a partir do ano de 1939, já que nessa ocasião inaugura-se o que foi chamado o regime do Curso de Didática, do qual a Didática Geral e Didática Especial faziam parte, ao lado de outras quatro disciplinas, ocupando o quarto ano

* Professora Titular do Depto. de Metodologia do Ensino da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP

de curso das "Filosofias", regime que veio a ser chamado de "três mais um". Coincide com o momento em que também se corta a colaboração com o Instituto de Educação, que perde seus professores, transferidos para a FFCL/USP. Processo semelhante ocorreu na Faculdade de Filosofia do então Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira, que foi anexada à Universidade do Brasil, sem o Instituto que a integrava.

Na USP, os mestres ilustres, que já na Instituição de origem haviam prestado concursos, iniciado pesquisas, organizado conferências e desenvolvido um ensino que nada ignorava das orientações européias e americanas, continuaram seus trabalhos. Aos poucos compõem suas equipes, com assistentes trazidos do ensino normal e posteriormente com os recém-formados nos primeiros anos de Faculdade. Em São Paulo foram mestres de grande projeção, Noemi da Silveira Rudolfer, Roldão Lopes de Barros (ambos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova), Onofre de Arruda Penteadó Júnior, Milton Rodrigues e Fernando de Azevedo. Este último vai ter importantes cargos, como Diretor da Faculdade e Secretário da Educação. Todos eles escreveram sobre assuntos de sua especialidade e foram, de certo modo, os arautos no Brasil, do movimento da Educação Nova. A evolução posterior do grupo demonstrou uma separação entre "as Didáticas" e as demais disciplinas pedagógicas. Estas últimas, em sua maioria vão aproximar-se das disciplinas ditas "de conteúdo", ou porque constituirão a substância de outros cursos (Sociologia, Psicologia) embora continuem a participar da Licenciatura, ou porque representam a parte central do curso de Pedagogia. Mas as Didáticas têm função essencial nas licenciaturas e apenas subsidiária nos cursos de Pedagogia. Eram mesmo consideradas, neste último curso, totalmente supérfluas (?)..

Se, na Universidade do período em foco, as disciplinas pedagógicas vão lentamente conquistando o seu lugar, tal não se dá sem luta. Pois a Faculdade de Filosofia da USP parece ter entendido ser a sua missão mais importante a formação de cientistas, pesquisadores nos vários campos do saber, do que o preparo de docentes para os cursos de nível médio. Parece-me que foi na medida em que exteriormente ao âmbito acadêmico os professores da área pedagógica ganharam lugar na política da educação do Brasil, que os seus demais setores vieram a considerá-los. Salvo honrosas exceções.

Volto a considerar o lugar da Didática numa comunidade de Filósofos, Cientistas e Letrados. Tenho lembrança de uma luta constante. Falta de docentes (houve período no qual todos os cursos de Didática Geral eram dados pelo Professor Catedrático e todas as Didáticas Especiais por dois Assistentes...), pequenas salas partilhadas com docentes de outras áreas. Aos poucos reúne-se uma equipe crescente à custa de novos "auxiliares de ensino", que algumas vezes aguardavam anos na condição de "voluntários", sem verba. Mas a luta principal, advinha do fato de

que a Didática - ou "as Didáticas" - eram duplas: aspecto teórico e aspecto prático. Anos de esforços foram consumidos em memoriais, arrazoados, pedidos verbais etc., para que se obtivesse o que a lei determinava: um Ginásio de Aplicação. Enquanto não existiu, a prática dos estágios, com as suas clássicas fase de: "observação, coparticipação e regência de classe" era feita nas escolas públicas e particulares, que o permitiam seja porque o professor de Didática Especial tinha amigos no estabelecimento, seja porque sua Direção compreendia a necessidade de sua colaboração, o que, na verdade, muitas vezes aconteceu. Creio que estou descrevendo tempos heróicos, mas neles obtive uma inestimável experiência, conhecendo a maioria das escolas públicas e muitas das particulares da cidade de São Paulo. Eu diria que foram tempos de muito trabalho e pouco rendimento: os alunos estagiários, estranhos aos estabelecimentos, cumpriam muitas vezes formalmente as obrigações assumidas, nada mais. Vinham dos demais cursos, freqüentemente, convencidos de que era bastante conhecer bem a matéria para ensiná-la. No mais, alguns "macetes" transmitidos de professores mais antigos aos mais novos seriam suficientes para resolver seu problema máximo: manter a disciplina para poder ensinar, ou seja, discursar.

Estaria a Didática instrumentada para essa luta? Na época, qual o seu ideário, sua fase de desenvolvimento, seu "status" científico? Ora, em princípio havia, como já afirmei antes, uma forte crença na validade do movimento da Educação Nova, sabendo-se que os melhores educadores brasileiros, da estatura de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, entre tantos outros, haviam subs-crito, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Provinham de diferentes estados do Brasil, em sua maioria haviam inicialmente estudado em cursos de formação de professores primários, e muitos deles demonstravam, por suas obras, amplo conhecimento da bibliografia melhor sobre o assunto, além de em certos casos haverem conhecido "in loco" as novas experiência. Lembro, de passagem, que, na USP não houve professor estrangeiro contratado para as áreas pedagógicas, como aconteceu nas demais secções, não obstante ocasionalmente algum professor da área sociológica ou filosófica ministrasse alguma conferência de caráter pedagógico. Mas a Escola Nova era o pano de fundo ideológico, já que a adesão teórica do Brasil ao movimento estava garantida. Quanto à prática, acompanhava de longe os bons propósitos. Com suas diferentes linhas de pensamento político, cabiam na Escola Nova os "progressistas" pragmatistas de influência americana defendendo com Dewey a democracia como a única forma de vida que respeita a dignidade humana, mas também as novas direções socialistas de Wallon ou Freinet. Mas estas últimas não se manifestam abertamente nos anos pré-guerra, e somente depois que Brasil e URSS vieram a encontrar-se como aliados, puderam, durante pouco tempo, ver discutidas suas idéias. A escola francesa e suíça (Claparède, Ferrière, Cousinet, etc.) propunha, por sua vez rumos diferentes, do ponto de vista científico, daqueles, que nos Estados Unidos iam se dirigindo ao comportamentismo. Preocupados com os fundamentos das práticas escolares, os professores de Didática procuram fugir

à enumeração de métodos e técnicas, e percorrem a história e a filosofia da educação, a psicologia e a sociologia em busca de respostas a seus problemas. A paixão pela ciência pedagógica surgiu antes que se tivessem condições para uma autêntica pesquisa. No caso *das Didáticas*, a urgência do saber-fazer, precedeu à necessidade de conhecer o que se faz, e testar os modos de fazer. Antes da instalação dos cursos de Pós-Graduação, no início da década de sessenta, a pesquisa era incipiente, manifestando-se sobretudo por ocasião de teses defendidas para acesso na carreira universitária. Os doutorados, ainda no regime antigo, eram raros. Mas a inflexão científica era um dos fundamentos da Educação Nova, tanto quanto sua reação contra a passividade dos alunos e a condenação ao excesso de verbalismo. A doutrina escolanovista estava cercada de riscos, já que poderia cair num novo formalismo, o da ação pela ação, do fazer pelo fazer, assim como poderia transformar a valorização dos interesses das crianças em caóticas "atividades espontâneas". Lia-se muito, procurando resolver as contradições do ideário básico.

Na verdade a Didática estava em busca de sua identidade e ia procurá-la nas variadas obras que tratavam de ensino, embora essa palavra fosse sofrendo um processo de condenação, substituída que era pela expressão de seu resultado possível, a aprendizagem. Lia-se John Dewey, muito traduzido (*Democracia e Educação, Vida e Educação, Experiência e Educação, etc.*), Kilpatrick (*Educação para uma Civilização em Mudança*) e outras obras americanas, no original ou versões castelhanas (Risk, Douglass, Boy Bode, Wrinkle and Armentrout, por exemplo). Estes últimos eram manuais, sobretudo. O que se encontrava? De um lado as grandes reflexões de Dewey, cujo valor, infelizmente tem sido esquecido. De outro lado algumas receitas para resolver problemas específicos e uma abundante floração de métodos: projetos, unidades, centros de interesses, globalização, trabalho em equipes, estudo individualizado, etc. E os grandes sistemas, denominados pelos autores, de Montessori a Decroly. Mas existem também as obras de Didática, que discutem o "conceito e campo", ficando a meio caminho entre o reconhecimento do aspecto artesanal ("arte de ensinar") do fazer didático e a sua paixão pela ciência, que só poderia ser satisfeita com o encontro de um embasamento teórico. Obra que teve inúmeras edições, foi a do professor cubano Alfredo Miguel Aguayo, solucionando o duplo problema da Didática Geral e da Especial. Da Alemanha, via editoras espanholas, lia-se as *Didáticas* ou manuais de Pedagogia de Lay, Meumann (um dos primeiros a consignar resultados de pesquisas), e sobretudo Schmiuder. De língua castelhana vinham as muitas obras de Lorenzo Luzuriaga, e os trabalhos de Tirado Benedi e Ruiz Santiago (creio que estes últimos eram mexicanos). E da Itália, alguns clássicos como Lombardo Radice e Renzo Titone.

Sim, a bibliografia era sempre extensa, nas listas que acompanhavam os programas, e pelo menos os professores a freqüentavam, ansiosos, em busca da solução de seus problemas. Num tempo sem xerox as bibliotecas eram muito

procuradas: a da Filosofia aumentava e o Instituto Mackenzie era uma alternativa nos tempos da Maria Antonia. Verificando os títulos consultados e constantes da bibliografias, observo que ao lado das didáticas (geral, da escola nova, da história, da geografia, renovada, etc.) estão as pedagogias (da aprendizagem, título bastante usado na França, ou científica, etc.) e as metodologias, pois abrindo-se umas e outras, os três aspectos que ocupam suas páginas podem ser assim resumidos: problemas de conceituação, histórico, métodos (gerais e específicos). O último tema continha onze itens que incluíam desde motivação a métodos e avaliação. Oscila-se entre um tecnicismo feito de recomendações inspiradas na prática, um metodologismo, apoiado nos grandes "sistemas" metodológicos, e uma busca de princípios inspirados na psicologia e na lógica. Da lógica o Prof. Penteadó Júnior da USP, procurava desenvolver a metodologia geral, verificando sua aplicabilidade à seqüência do conteúdo nas aulas. Os alunos daquela época devem lembrar-se de suas dificuldades em descobrir quando uma aula deveria tomar um rumo indutivo, dedutivo, analítico ou sintético.

Segunda Etapa

O final do período anterior havia assistido a algumas auspiciosas mudanças. Na USP, os trabalhos estão centralizados na Rua Maria Antonia, e a grande aspiração do Colégio de Aplicação tornara-se realidade. A solução encontrada foi a cessão de um estabelecimento público, pela Secretaria da Educação à Faculdade de Filosofia. Primeiro resultado: os alunos agora podem realizar um verdadeiro estágio, em escola orientada pelos setores pedagógicos da Faculdade, todos eles representados nos órgãos deliberativos da instituição. É certo que a remodelação da escola ofereceu dificuldades, aquelas mesmas que deveriam ser previstas no trajeto da teoria para a prática. Estava-se na época das "classes nouvelles" francesas e a legislação brasileira já apoiava as experiências pedagógicas (desde que não fossem demasiado ousadas...). Assim o CA também dá andamento às suas novidades. Embora os problemas também se multipliquem, a fase é de intenso trabalho criativo, em todas as frentes. Que-rendo reunir esforços com outras iniciativas, surge um simpósio (I Simpósio sobre ensino ginásial renovado), realizado em setembro de 1965, no qual as diferentes experiências renovadoras em Estado foram discutidas. Seguem-se algumas primeiras experiências de cursos de especialização e mesmo de pós-graduação.

E houve a descoberta dos trabalhos de Piaget, que se tornaram conhecidos pelo grupo de professores - agora bem mais amplo, que os liam e discutiam conjuntamente com docentes do Aplicação que em muitos casos passaram a exercer dupla função. Foi o livro de Hans Aebli, *Didactique Psychologique* que serviu de ponte para a obra do pesquisador de Genebra. O encontro é significativo, no que tem de resposta às aspirações dos "didatas". Encontra-se, ao mesmo tempo, uma

proposta epistemológica, extremamente valiosa para quem procura saber "como aumentam os conhecimentos", e todo um campo aberto de pesquisas de feição cognitivista. Cumpra-se diga que por essa época a pesquisa de fundamentos, necessária como era, esbarrava numa insatisfatória dominação do behaviorismo em seus novos desenvolvimentos. O Aplicação, recebia a influência de uma vertente francesa da Escola Nova, já muito remodelada no após guerra, tornando-se aberta a uma visão sociológica da educação. Existiam conflitos ideológicos, mas também uma aversão comum aos excessos tecnicistas.

Veja-se que curioso. O encontro de uma instituição escolar, com características de escola de experimentação e centralizando estágios, mudou de tal modo a vida da então Cadeira de Didática (que, aliás no final da década de sessenta veio a compor com outras, o Departamento de Educação da FFCL/USP), que minha recordações mudaram seu rumo: focalizam o Colégio. Voltando à Faculdade, lembro-me que os programas se alteram: acolhem temas como "as teorias pedagógicas e suas aplicações à escola", "a evolução do pensamento didático" e que o discurso docente se comprazia nas comparações: Skinner, Piaget, Rogers, sobretudo. Mas a Didática tinha suas exigências e concorda com Bloom que não mais somos inocentes em educação. Introduce a pesquisa recente sobretudo nas áreas de taxinomia de objetivos e da avaliação. A era dos métodos vai decaindo. Novas leituras introduzem a problemática da dinâmica de grupo. O livro de Lauro de Oliveira Lima - A escola secundária moderna - e a sua Dinâmica de Grupo são revisitados. A não-diretividade é a nova fórmula da "escola libertária", mas é a problemática do marxismo que se vai revelando, como intérprete tanto da sociedade quanto da escola.

Passo a uma observação que julgo importante. O Conselho Federal de Educação, em 1962, suprimiu a anterior Didática Especial, substituída pela decisão ambígua referente à obrigatoriedade, sob a forma de Estágio Supervisionado, da "Prática de Ensino das matérias que sejam objeto de habilitação profissional". Seria apenas estágio? Seriam suprimidas as aulas onde as atividades práticas eram orientadas e discutidas? Nas quais eram propostos os problemas envolvidos no trânsito de uma ciência pesquisada e aprendida, para uma ciência a ser ensinada para ser conquistada pelas novas gerações? Na USP, felizmente, houve apenas a troca de denominação da disciplina. Na mesma ocasião, as mudanças da escola média, que mantinha as denominações de Ginásio e Colégio, não foram radicais senão no aspecto social, já que se afirmava o fim do dualismo: escola secundária e escola técnica. As licenciaturas, no entanto, apresentavam novidades: duração marcada por horas-aula e possibilidade de cursos de duração reduzida, integrados em menos de três anos letivos. Tais decisões causaram grandes polêmicas.

Essa etapa termina quando, por volta de 1968/1969, quase simultaneamente tem seu fim a "era" da Rua Maria Antonia, com a mudança dos cursos

aí sediados, para a Cidade Universitária, e também o Colégio de Aplicação, revogado que foi o Convênio que o mantinha. A vida política do país, dominada pela oligarquia militar reduzia as liberdades democráticas, e a tendência centralizadora é visível nas leis que reformam ensino superior (Lei 5540/68 e outras) e ensino primário e médio (Lei 5692 e outras).

Minhas memórias não se encerram de modo melancólico, pois a criação dos cursos de pós-graduação, no bojo da reforma universitária, constituiu o impulso que faltava à pesquisa e à reflexão educacional. Talvez tenham sido esses cursos o fermento de novas idéias que vêm conseguindo transformar o panorama sombrio, traçado no parágrafo anterior. O que se passou posteriormente - a terceira etapa - certamente faz parte da memória da maior parte dos interessados no assunto, e poderá ser por eles recuperada.

São Paulo, 11 de setembro de 1989.

Em anexo:

Quadros cronológicos.

Artigos da mesma Autora que poderão completar informações:

A licenciatura no Brasil, in *Revista de História*, São Paulo, v.50, nº100, p.627-52, out/dez. 1974.

A didática na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: um percurso de quatro décadas, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.65, nº150, p.291-300, maio/ago. 1984.

"Articulação da prática de ensino com as matérias pedagógicas", In *Formação do Professor: atualizando o debate*, São Paulo, EDUC, 1989.

Quanto aos autores nacionais, convém sejam lembrados aqueles que fazendo parte do grupo escolanovista, começaram sua produção intelectual visando o professorado primário e depois foram amplamente aceitos ao nível mais elevado. Falo, por exemplo, de Lourenço Filho, cujo trabalho *Introdução ao Estudo da Escola Nova* datava de 1929, e foi remodelado, na 7a. edição, posterior a 1960. Refiro-me também à ampla linha dos escritos de Anísio Teixeira, com sua adaptação das idéias de Dewey ao Brasil. Surgem depois, os próprios professores de Didática. Onofre de Arruda Penteadó Júnior, da USP, tem uma seqüência de livros, marcando a própria evolução de seu pensamento através dos anos: *Fundamentos do Método*, *Didática Geral* e *Valores Humanos na Educação* são os principais. Da influência do pragmatismo, vai ao espiritualismo de Dilthey. Luiz Alves de Mattos, professor da Faculdade Nacional de Filosofia, apresenta a originalidade, em seu *Sumário de Didática Geral*, de reestruturar o assunto em torno do conceito de ciclo didático. Em revistas pedagógicas, alguns artigos vão surgindo. O maior veículo vai ser a

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, que apareceu em 1944, acolhendo variada literatura didática. Outras existiram, como aquela que, desde 1955, com o nome de Revista de Pedagogia foi editada pelos professores da Cadeira de Didática da FFCL/USP, durante dez anos. Seria interessante um levantamento dessas publicações, normalmente mantidas com grande empenho e igual dose de sacrifício, que nasceram e desapareceram, desde o início das Faculdades de Filosofia, e que muito bem serviram à circulação de idéias e ao conhecimento mútuo dos que trabalhavam na mesma área. Impossível, neste momento, sequer enumerá-las.

Uma visão dos programas de Didática Geral e Especial da USP, nesse primeiro período, impressiona pelas dimensões. Não sei bem até que época a Didática dispôs de um ano todo (dois semestres) para o ensino: creio que até 1962. Eram perto de trinta itens, agrupados em torno dos seguintes temas (Programas do Curso de Didática, 1953/1954, FFCL/USP):

1. Educação como necessidade social.
2. Conceito e objeto da Didática.
3. Os fatos básicos da Educação
4. Os princípios fundamentais do Ensino.
5. Os objetivos do Ensino Secundário.
6. Os problemas gerais da atividade escolar.